

Fundador Joaquim Manso

Director A. Ruella Ramos

Director-adjunto Fernando Piteira Santos



O plenário de ontem na Aula Magna da Reitoria

## Ciências não quer desistir do ano lectivo

Reunida «em peso», ontem na Reitoria, a Faculdade de Ciências (alunos, professores e funcionários) manifestou o firme desejo de prosseguir o ano lectivo e procurar desde já instalações provisórias, tendo sido aventadas as hipóteses do Palácio de Bramão, na mesma rua da Faculdade, ou, na Avenida 24 de Julho, o edifício previsto para futuras instalações do MEC.

Numa moção aprovada pela cerca de 2500 participantes na Assembleia Geral de Escola, na Aula Magna da Reitoria da Universidade, e que vai ser enviada para o ministro da Educação e Cultura, presidente da Assembleia da República e Presidente da República, o cor-

po escolar da Faculdade exige a abertura imediata de um inquérito às origens do incêndio, que se supõem criminosas, e considera que o MEC tem a sua quota-parte de responsabilidades na falta de segurança do edifício, o que tornou possível a destruição, irremediável esta, de um património cultural único.

Em conferência de imprensa efectuada esta manhã, o Conselho Directivo informou ir solicitar audiência a várias entidades oficiais para entrega da moção e pedir o início imediato da construção acelerada da nova Faculdade de Ciências dentro da zona da Cidade Universitária.

(Pág. 2)

- Seguros do Sul: afinal quem é o "mau da fita"?
  - Ferroviários: em perspectiva novas formas de luta
  - Bancários: confusão no Sul, grande adesão no Norte e Centro
- (Centrais)
- Hoje é Dia Internacional contra Racismo e "Apartheid"

(Pág. 20)

**EXCLUSIVO**

**A DIREITA RESISTIU AO AVANÇO DA ESQUERDA**

O PRIMEIRO PASSO NO FUTURO

### HOJE HÁ «EXCLUSIVO»

Comentários sobre as últimas eleições francesas e artigos acerca do rapto de Aldo Moro e da última aventura no espaço dos cosmonautas soviéticos são alguns dos temas incluídos no suplemento de hoje, dedicado aos assuntos internacionais. O «Exclusivo» insere ainda artigos de maior actualidade sobre o problema da autonomia da Catalunha, o Sara Ocidental, a situação dos índios nos Estados Unidos, a questão agrária no Brasil, etc.

## INTERROGATÓRIOS SEM ADVOGADOS E ESCUTAS TELEFÓNICAS

# Poderes de emergência para Polícia italiana

O novo governo italiano de Giulio Andreotti, empossado há apenas uma semana, reúne-se hoje para aprovar uma série de duras medidas contra o terrorismo. Comenta-se que essas medidas incluem maiores poderes à Polícia para prender pessoas e efectuar interrogatórios mesmo sem a presença de advogados do suspeito. A escuta telefónica também seria outro dos pontos «liberados» bem como a permissão para deter por 24 horas qualquer pessoa que se recuse a identificar-se ou que seja suspeita de ter apresentado um nome falso.

Na ausência de poucos elementos novos sobre o rapto do presidente da Democracia Cristã, Aldo Moro, o interesse público recai agora sobre o julgamento de Turim, onde 15 elementos das Brigadas Vermelhas, e entre eles o fundador da organização, Renato Curcio, correm o risco de serem penalizados com 20 anos de prisão. Estes, pelos seus lados, respondem a dizer que Moro também será submetido a um julgamento, «mas a sério», e que isso significava «o julgamento de toda a Democracia Cristã».

As sessões recomeçaram hoje às 9 e 45. Todos os jurados estavam presentes.

Entretanto, dezenas de exemplares do comunicado distribuído no sábado pelas «Brigadas Vermelhas», anunciando o «julgamento» de Moro, foram encontrados na noite de ontem para hoje em caixas de correio de vários prédios

de Roma. Os investigadores, imediatamente alertados, compareceram nesses locais para apreender os manifestos cuja autenticidade parece, contudo, duvidosa. O texto do comunicado é idêntico ao da mensagem que acompanhou a fotografia de Moro, tirada pelos raptadores, mas o tipo da composição é muito diferente.

Na manhã de ontem haviam sido descobertos oito impressos nas fábricas Fiat, de Mirafiori, próximo de Turim.

Por outro lado, depois da confirmação de que elementos da BKA, polícia criminal oeste alemã estão mesmo em Roma, noticia-se a chegada de dois agentes britânicos do «Special Air Service» treinados no combate ao terrorismo, para ajudar os seus colegas italianos.

Com as bus cas praticamente na «estaca zero» como já reconheceu um alto funcionário policial, as investigações foram estendidas para o Sul de Florença. Por outro lado, pensa-se estarem identificados três elementos das Brigadas, que estiveram num bar próximo do atentado, pouco depois do rapto de Moro. Seriam Lauro Azzolini (33 anos), Franco Bonisali (23 anos) e Innocenzo Salvoni (28 anos), reconhecidos através dos «retratos robots».

Enquanto foi encontrado mais um dos carros participantes no sequestro, a Polícia insiste que Aldo Moro não estará fora do bairro de «Monte Mario», em Roma, zona praticamente ocupada pelas forças de segurança e do exército.



### Curcio na "gaiola"

Aqui está Renato Curcio (foto AFP), apontado como o líder das Brigadas Vermelhas, dentro da «gaiola» de onde ele e os outros 14 membros da organização assistem ao julgamento a que estão a ser submetidos num quartel fortificado da polícia de Turim transformado em tribunal. Ontem, quando o julgamento recomeçou em meio a apertadas medidas de segurança e com interrupções por causa das câmaras de TV, Curcio gritava que «Moro está nas mãos do proletariado e comparecerá perante a justiça».

## ELEIÇÕES FRANCESAS

# Partidos portugueses comentam resultados

Algumas das principais forças políticas portuguesas já reagiram aos resultados das recentes eleições em França. Foram elas o PCP, o PS e o PSD.

Em resumo pode-se dizer que o PCP chama a atenção para a evidência de que, a despeito de tal facto não ter correspondência na expressão parlamentar, o bloco político de esquerda obteve um relativo avanço em números, e no que respeita a votos. O PCP denuncia ainda o carácter injusto do sistema eleitoral francês e bem assim a atitude dos políticos do bloco de direita, que se serviram dos meios que a posição

de «situação» lhes punha à mão para pressionarem o eleitorado. De notar que o PCPV evita cuidadosamente referências críticas aos dissidentes entre as diversas expressões da Esquerda francesa. O mesmo não faz o informador oficial do PS, Manuel Alegre, que se lhes refere expressamente. A reacção do PSD apresenta-se em evidente sintonia com a opinião dominante na inflexão centro-direita do bloco político de direita na cena francesa. Não há reacção do CDS, mas pode-se prever certamente que ela não anulará muito distante do PSD.

«Não oferece dúvidas que a

opinião política francesa se destaca fortemente para a esquerda — diz o PCP, que fala depois acerca do «triumfalismo exibido pela direita francesa», dizendo que ele não tem «fundamento objectivo» — o resultado que obteve não poderá fazer esquecer que, na primeira volta, a maioria dos franceses optou pelos partidos que se reclamam do Programa Comum da Esquerda e que, mesmo na segunda volta, em relação aos resultados de 1973, o PCF conquistou mais 13 lugares na Assembleia, enquanto a maioria governamental perdia 38.

Para o PCP «só um sistema eleitoral injusto, antidemocráti-

co e calculadamente organizado para impedir uma clara correspondência entre a contagem popular e a composição do Parlamento», e «só o recurso a formas ilegítimas e vergonhosas de pressão psicológica sobre o eleitorado», permitiram tal resultado.

O PCP sublinha a «grande vitória» que o acontecimento encerra para os democratas portugueses, lição que reforça «a importância da defesa da constituição Portuguesa, que consagra o princípio da proporcionalidade, por forma a impedir as alterações do sistema eleitoral tão pretenidas das direi-

Continua na pag. 20

# post-scriptum



## Um julgamento no Tribunal Militar de Santa Clara

Após uma noite de expectativa, o 1.º Tribunal Militar Territorial voltou hoje a reunir-se às 7 h e 5 m da manhã para a leitura da sentença precisamente 17 horas e 40 minutos depois de ter recolhido para a elaboração do acórdão.

A leitura deste documento faz-se com toda a solenidade da praxe. Quando o presidente do tribunal sr. General Almeida Topinho que, bem como o outro juiz militar sr. general Nunes da Silva, se encontrava de uniforme de gala, com espada e condecorações, reabriu a audiência, fez-se um silêncio impressionante. Todos os presentes se puseram de pé: membros do tribunal, promotor de Justiça, acusados, atrás dos quais formava uma força de Caçadores 5, defensores, jornalistas e público.

O secretário do tribunal sr. capitão Edmundo de Carvalho, começou, com voz pausada e clara, a leitura do acórdão, que durou 1 hora e vinte minutos e cujas conclusões publicamos a seguir com indicação dos resultados do 1.º julgamento para efeito comparativo. As duas sentenças.

A sentença de hoje foi a seguinte: Brigadeiro António Maia, a quatro meses de prisão correcional e igual tempo de multa a 10 escudos por dia, sendo-lhe descontada a prisão sofrida e restituído à liberdade com suspensão de direitos políticos por três anos. (Fora absolvido em 17 de Dezembro de 1952). Coronel Gonzaga Tadeu, a dois anos de prisão correcional, sendo levada em conta a prisão sofrida, convertida em igual tempo de presidio militar, com suspensão de direitos políticos por doze anos. Recolheu à prisão. (Em 1952, fora condenado a 2 anos de prisão maior celular, ou na alternativa de 3 anos de degredo, em possessão de 2.ª classe, a determinar pelo Governo, sendo levado em conta 164 dias de prisão sofrida anteriormente à condenação. A pena passou a correcional). Tenente-coronel Martins dos Reis, a dezoito meses de prisão correcional substituídos por igual tempo de presidio militar, a suspensão de direitos políticos por nove anos (Recolheu à prisão. Em 1952, fora absolvido).

Capitão Henrique Galvão, a três anos de prisão maior celular ou na alternativa de quatro anos, seis meses e dois dias de degredo em possessão de primeira classe, seis meses de multa a dez escudos por dia e suspensão de direitos políticos durante quinze anos sendo levada em conta metade do tempo da detenção. (Em 1952, fora condenado a 3 anos de prisão maior celular ou na alternativa de 4 anos e seis meses de degredo em possessão de segunda classe, a determinar pelo Governo, sendo levados em conta 164 dias, metade da prisão sofrida anteriormente à condenação. A pena foi, pois, agravada, em relação à anterior). — José da Silva Tendeiro — a dezasseis meses de prisão correcional, sendo levada em conta a prisão já sofrida com suspensão de direitos políticos por sete anos. Recolhe à prisão. (Fora absolvido em 1952). — Chefe José Fernandes, sendo levada em conta a prisão sofrida. Sai em liberdade (Em 1952 foi absolvido) — Dr. João de Sousa Machado. — a sete meses de prisão correcional, sendo levada em conta a prisão já sofrida, com direitos políticos suspensos por três anos. Sai em liberdade. (Fora absolvido em 1952).

A sentença tem 81 páginas, descrevendo a argumetente tudo quanto consta do libelo acusatório e tudo quanto é alegado pela defesa. Alude-se também aos delitos imputados só ao sr. capitão Henrique Galvão, de insubordinação e injúrias — o que determinou a audiência se creta.

Nos serviços prestados à Pátria pelos acusados, há uma passagem que se destaca relativa ao sr. capitão Henrique Galvão, em que se acentua o bom comportamento anterior, a prestação de relevantes serviços à Pátria, às províncias ultramarinas e à sociedade. Tem três louvores como militar e é condecorado com o grande oficialato da Ordem Militar de Cristo, citando-se também o facto de ser considerado um escritor distinto. O tribunal considerou estas circunstâncias como atenuantes.

Os militares recolherão à Casa de Reclusão da Trafaria, e os civis que ainda têm pena a cumprir, ao Aljube.

Alfredo Simões Leitão  
— LISBOA

NOTA — Este relato foi-nos enviado pelo leitor acima referido e foi transcrito de um jornal da época.

## DE-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 320272

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

# CIÊNCIAS REUNIDA NA REITORIA Aulas vão continuar mesmo em instalações provisórias

Cerca de 2.500 professores, alunos e funcionários da Faculdade de Ciências irremediavelmente destruída pelo incêndio da madrugada de sábado, suspeito de origem criminosa, debateram ontem à tarde, durante mais de quatro horas, na aula magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, a sua situação futura e a necessidade de encontrar instalações para prosseguirem o ano lectivo.

Na moção que foi aprovada (além de várias propostas) e que vai ser enviada ao ministro da Educação e Cultura, ao Presidente da Assembleia da República e ao Presidente da República, é denunciado o fogo como suspeito de origem criminosa e exigido o levantamento de um inquérito para apurar responsabilidades e punir os culpados. Ao mesmo tempo é atribuída uma «quota de responsabilidade ao MEC pelo facto de não ter tomado a tempo medidas para corrigir as deficientes condições de segurança do edifício, repetidas vezes assinaladas pelos órgãos de gestão da escola.

Para lá das cinzas, todo o corpo escolar da Faculdade de Ciências se mostra disposto a prosseguir o ano lectivo, utilizando instalações provisórias que o ministro, «ouvindo a Faculdade, deverá proporcionar imediatamente». Entre as hipóteses aventadas, destaca-se a possibilidade de utilização do Palácio Bramão, também na Rua da Escola Politécnica, ou o edifício da Avenida 24 de Julho previsto para futuras instalações do MEC.

Foi ainda aprovado o adiamento das provas de avaliação de conhecimentos, marcadas entre 18 do corrente e a Páscoa, para um período que vai de 30 de Março a 8 de Abril.

Entretanto, foram criadas três comissões de trabalho para tratar de tudo quanto respeita às instalações provisórias da Faculdade, no sentido de incrementar as tarefas relativas à construção das novas instalações e para coordenar o procedimento dos trabalhos conducentes à redefinição e renovação da Escola.

Tanto professores como alunos e funcionários da Faculdade de Ciências, exigem o começo imediato da construção acelerada da nova Faculdade, dentro da zona universitária.

Ressalta de todas as propostas aprovadas pela Assembleia Geral de Escola a firme decisão de que a Faculdade de Ciências tem de continuar. «Neste hora grave e decisiva da sua história centenária — lê-se na moção — «a Faculdade de Ciências de Lisboa ergue-se, unida e determinada, consciente, sem falsa modestia, dos serviços que prestou e continuará a prestar, na certeza de que um incêndio, porventura atado por ideologia criminosa, não conseguirá impedir, nem sequer interromper, a contribuição desta Escola para a construção de um Portugal mais democrático e mais justo».

## «DESCONHECEM-SE AS ORIGENS DO INCÊNDIO»

Desde 1955 que os órgãos responsáveis da Faculdade de Ciências tem alertado o Poder para a falta de segurança das instalações.

Foi-lhes prometido um novo edifício, mas a necessidade de alimentar uma guerra colonial e a política de dispersar as escolas por vários pontos da cidade para melhor controle pelo aparelho repressivo, foram tração de uma nova Faculdade de Ciências na zona da Cidade

Universitária.

Após o 25 de Abril, e durante a vigência do VI Governo, deflagrou um incêndio no departamento de Geologia. Mais uma vez ficaram comprovadas as faltas de segurança do edifício. Os órgãos de gestão enviaram relatórios ao então MEIC e à Direcção-Geral das Construções Escolares, organismo do Ministério das Obras Públicas. Um estudo feito para uma especialista contabilizou a segurança do edifício da Faculdade em três mil contos. O MEIC não satisfez o pedido de verba.

E chegamos à madrugada de 18 de Março em que são centenas de milhares de contos de prejuízo e dezenas e dezenas de anos de estudo e recolha de material insubstituível, irremediavelmente perdidos. O comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB), Teixeira Coelho, diria ontem à ANOP: «Não chegue a nenhuma conclusão quanto à origem do incêndio na Faculdade de Ciências».

«A propagação do fogo foi muito rápida e teríamos a la-

ferença manifestada pelo MEC merecem do PCP palavras que apontam para o dever de serem prestadas contas à opinião pública do destino que «levaram as advertências quanto à insegurança das instalações da Faculdade de Ciências e das razões que têm motivado

minosa do incêndio, afirmando que «grande responsabilidade de tudo isto» (incêndio, falta de segurança, adiamento da construção de novas instalações) «cabe ao Governo PS/CDS, pois além de tal como os anteriores nada ter feito para resolver o problema, tam-



A Assembleia Geral de Escola, ontem, na Reitoria

o embargo sistemático da construção de uma nova Faculdade».

«É tempo de acabar de vez com as inadmissíveis manifes-

bém nada fez para combater os fascistas, tem libertado os pides e bombistas».

A Juventude Socialista (núcleo da Faculdade de Ciências) «deplora energicamente o sucedido e espera das autoridades responsáveis uma acção rápida e incisiva».

Para a AEPFA, o significado político deste fogo, de suspeita criminosa, «é a instauração dum clima de terror, próprio ao aparecimento de um Governo de características declaradamente fascistas».

O Secretariado da Assembleia de delegados sindicais do MEC, «ao mesmo tempo que apela aos trabalhadores do MEC para que se mantenham atentos e prontos a participar em quaisquer acções a levar a cabo, visando o repúdio e protesto por estes actos terroristas, apela às direcções sindicais e à CGTP-IN para que engrossem e dêm forma a um amplo movimento de massas no combate à avançada das forças do 24 de Abril».

## MOP e MEC

A instalação de bocas de incêndio na Faculdade de Ciências de Lisboa, «operações que arrancou em Agosto do ano findo para obviar ao facto do edifício «ser dos mais explosivos da capital, e que se a rastream «inexplicavelmente», segundo nota do Conselho Directivo da Escola — até à presente data», não depende, como por lapsos ontem referimos, do Ministério da Educação e Cultura, mas das Obras Públicas, pois que a Direcção-Geral das Construções Escolares é um departamento subordinado ao MOP e não ao MEC.

mentar mortos se tivesse acontecido durante o dia».

O coronel Teixeira Coelho apontou como factores a levar em conta a existência de garrafas de gás nas salas, laboratórios químicos, falta de limpeza, ocupação indiscriminada de diversas dependências e sótãos e o revestimento de tectos a esferovite.

Sublinhou o comandante dos bombeiros que, em 22 de Setembro de 1975, antes portanto do incêndio que teve lugar em Dezembro desse ano, no departamento de Geologia, foi apresentado à Faculdade de Ciências um extenso relatório sobre as medidas urgentes a tomar para a prevenção e combate ao fogo, entre as quais se indicava um alarme directo que ligasse aquela Faculdade aos Bombeiros.

«Estou certo» — declarou o coronel Teixeira Coelho — «de que, se tivessem dado sequência no total, a este relatório, o incêndio não teria atingido as proporções que assumiu».

## REACÇÕES DE REPÚDIO

Prosseguem, por parte das forças de esquerda, as manifestações de repúdio contra o que o PCP considera o «ódio dos fascistas à cultura e à educação», ao mesmo tempo que revela «o seu completo desprezo pelos interesses nacionais e pela segurança e tranquilidade dos cidadãos».

Também o PCP, a semelhança de outras organizações de esquerda, «denuncia, uma vez mais, que o terrorismo, como toda a actividade subversiva dos fascistas, tem gozado de uma escandalosa tolerância que anima e estimula a conspiração contra a democracia portuguesa». O estado em que se encontravam as instalações da Faculdade de Ciências e a indi-

Directamente do MEC, e por intermédio da Direcção-Geral do Ensino Superior, o conselho Directivo da Faculdade de Ciências obteve, como também se sublinhava ontem no documento acima assinalado, a verba necessária para a aquisição dos extintores oportunamente solicitados.

Além da instalação de bocas de incêndio, era também atribuição do MOP (via Direcção-Geral das Construções Escolares) o alargamento dos portões de acesso, a seu tempo levado a cabo.

tações de tolerância e de fraqueza perante os que utilizam o crime como arma política», afirma, a concluir, o comunicado da SIP do Comité Central do PCP.

Também a UDP repudia, com veemência, a origem cri-